

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Plano de isenção do IR é erro grave - VINICIUS TORRES FREIRE..... 3

VALOR ONLINE - NOTICIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação dos pagamentos a administradores..... 4

O GLOBO - RJ - MUNDO  
SEGURIDADE SOCIAL

Boric apresenta projeto de reforma da Previdência..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas sugerem 'cautela' com o mínimo..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A ordem dos fatores (Editorial)..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Herança maldita é a do governo Bolsonaro, não a de FHC, diz Appy..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula precisa sinalizar política fiscal, diz economista do Santander..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gilberto Kassab PSD precisa se sentir governando para dar apoio ao governo Lula..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso da Colômbia aprova reforma tributária de Petro..... 14

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja os planos de Lula para a reforma tributária..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Entenda como o dólar forte causa contração na economia mundial..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O mundo acuado pela alta de juros (Editorial)..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Questão fiscal é o que mais preocupa, dizem economistas..... 22

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lira afirma que pode votar correção do IR..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Lula vai propor "PEC da transição" para autorizar gastos extras em 2023..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Petrobras aprova R\$ 43,7 bi em dividendos; Gleisi vê "sangria" .....27

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

Bolsas caem com nova alta de juros pelo Fed; veja como evitar perdas ..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Centrão condiciona aprovação de PEC a apoio ao orçamento secreto .....31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Estados prometem proposta para perda com ICMS ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Eleição de Lula pode mudar rumo e "tamanho" do Brics ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

PIB cresce mais em cidades menores .....35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Leite quer negociar com Lula compensação para redução do ICMS ..... 36

# Plano de isenção do IR é erro grave - VINICIUS TORRES FREIRE

## VINICIUS TORRES FREIRE

Manter o valor do Auxílio Brasil em R\$ 600 é inevitável, por motivos sociais e políticos, embora o programa seja muito ruim e precise de reforma urgente. Aprovar a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000 por mês é um tiro no pé que vai provocar sangramento durante Lula 3.

Mas o governo de transição já discute de fato colocar o projeto no pacote que quer aprovar no Congresso até o final do ano.

A medida é socialmente injusta. As pessoas que recebem até R\$ 5.000 de fato deixariam de pagar Imposto de Renda. Apenas a **Receita Federal** tem os dados mais precisos, mas, com tal teto de isenção, talvez apenas 7 milhões de 31 milhões de contribuintes ou declarantes continuariam obrigados a declarar ou também pagar IR.

Parece alcançar muita gente e, portanto, parece justo. Mas há cerca de 100 milhões de pessoas que trabalham no país. A maioria, portanto, não seria beneficiada (para nem mencionar os que procuram emprego e não o conseguem e os cronicamente desempregados).

A isenção beneficiaria também aqueles que continuariam a pagar o IR, as pessoas mais ricas do país. Não importa a renda da criatura, todo mundo deixará de pagar imposto sobre R\$ 5.000 que recebe.

Pode-se argumentar que, mais adiante, Lula 3 e associados vão inventar algum modo de cobrar mais imposto dos mais ricos, talvez por meio de alíquota maior sobre lucros, dividendos, outras rendas ou sobre patrimônio.

Sabe-se lá. O fato é que o governo vai trocar uma perda de receita certa e enorme por uma incógnita.

Não se sabe também exatamente de quanto seria a perda de receita. Os cálculos atuais, além de meio chutados a partir de dados genéricos, são apenas contábeis, sem levar conta efeitos econômicos.

Suponha-se que a perda de receita fique em torno de R\$ 150 bilhões. É o custo anual aproximado do Auxílio Brasil a R\$ 600 por mês, mais um tanto de novos

beneficiários. Parece justo? Não é.

A tabela do IR talvez precise de reajuste, mas até isso é discutível. **Impostos** sobre renda são dos mais justos (e, sim, os **mais** ricos precisam pagar muito mais).

Lula 3 tem grandes pretensões sociais. Sabe-se lá quais tentará levar à prática. Para tanto, precisará de dinheiro que já não tem ou vai ficar sem, gastando mais já no Orçamento de 2023. Isto é, de cara, o governo já estará tomando mais dinheiro emprestado, fazendo mais dívida pública e pagando juros de quase 14% ao ano (juros que vão, claro, para os mais ricos, os credores do governo).

Uma das prioridades nacionais é melhorar a escola das crianças. Creches e escolas infantis maravilhosas poderiam fazer com que as crianças mais pobres chegassem à fase de alfabetização em condições parecidas com as das filhas dos ricos.

Seria um lugar onde poderiam ficar seguras, alimentadas e acompanhadas. Mães e pais poderiam trabalhar com tranquilidade. É um programa com efeitos no curto, no médio e no longo prazo. Não é atribuição da União, mas o governo federal poderia bancar o custo, assim como poderia contribuir para o aumento da rede de escolas em tempo integral para crianças maiores.

Lula 3 também quer aumentar o investimento público. Vai precisar colocar dinheiro na melhoria do SUS. Quer gastar em bobagens, também, como subsídio para grande empresa, de novo. Mesmo que fique apenas no meritório, essencial e urgente e socialmente justo, mal tem dinheiro. Além de remanejar os gastos, Lula 3 precisa de aumento de receita. Perder R\$ 150 bilhões é, pois, piorar o problema fiscal (crescimento sem limite da dívida), assunto para o qual não tem até agora solução alguma e que pode solapar seu governo.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>

# Tributação dos pagamentos a administradores

*Por Georgios Anastassiadis*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/11/04/tributacao-dos-pagamentos-a-administradores.ghtml>

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Tributação dos pagamentos a administradores

**Site:**

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/11/04/tributacao-dos-pagamentos-a-administradores.ghtml>

# Boric apresenta projeto de reforma da Previdência

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Analistas sugerem 'cautela' com o mínimo

**Marcelo Osakabe De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

# A ordem dos fatores (Editorial)

Como é natural, a transição para um novo governo começa com prioridades concorrentes, em especial na gestão do Orçamento e na área tributária. Diante da fragilidade das contas públicas e do desafio de restaurar a credibilidade da política econômica, o sequenciamento das medidas precisa ser especialmente cuidadoso.

O fundamental deve ser a revisão do projeto de lei orçamentária para 2023, enviado ao Congresso pela administração de Jair Bolsonaro (PL) sem a inclusão de despesas que se tornaram inevitáveis. O relator da peça, senador Marcelo Castro (MDB-PI) estimou em entrevista à Folha que haja ajustes de ao menos R\$ 100 bilhões a fazer.

A manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 mensais é um imperativo, mas há outros, como a recomposição de verbas para custeio e investimento, além da concessão de uma modesta correção real para o salário mínimo -todas promessas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A questão é como viabilizar as mudanças. Um caminho ventilado por membros da equipe de transição petista -retirar rubricas do teto constitucional para gasto da União- é temerário, pois abriria caminho para aumentos permanentes sem fontes de financiamento.

Parece mais razoável permitir desembolsos excepcionais, concentrados no próximo ano, circunscritos às prioridades e em parte financiados pelas emendas de relator. O volume não deve ir além do já calculado, de modo a evitar um déficit fiscal capaz de abalar a confiança na dívida pública.

É preciso separar o tratamento da urgência orçamentária da discussão mais estrutural, que não pode ser feita às pressas, relativa à nova regra que substituirá o teto inscrito na Constituição.

Antes de qualquer decisão com impactos de longo prazo, será necessário ter mais clara a dinâmica de receitas e despesas, o que pressupõe rever programas sociais, avaliar cortes das excessivas desonerações tributárias e considerar mudanças no Imposto de Renda.

A proposta de Lula de isentar da cobrança vencimentos de até R\$ 5.000 mensais, aliás, é péssima -por privilegiar estratos com renda muito acima da média nacional, hoje em torno de R\$ 2.700.

A partir do início do próximo ano, pode-se dar impulso à **reforma tributária** mais fundamental para o crescimento econômico -a simplificação geral dos **impostos** incidentes sobre a produção e o consumo, com a criação de uma cobrança sobre valor agregado.

A meta deve ser um Estado capaz de manter seu endividamento sob controle, que tribute com mais justiça e deixe de lado interesses setoriais para priorizar educação básica, saúde e proteção social.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>

# Herança maldita é a do governo Bolsonaro, não a de FHC, diz Appy



Reinaldo Canato - 30.jan.20/Folhapress

**Eduardo Cucolo**

A herança de Jair Bolsonaro (PL) na área fiscal será um dos maiores desafios para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). De um lado, o presidente eleito terá de encontrar espaço para cumprir promessas de campanha, sob risco de perda de popularidade e de governabilidade já no início de mandato. De outro, precisa passar aos mercados sinais de responsabilidade na gestão das contas públicas.

A situação é bem diferente da encontrada há 20 anos pelo economista Bernard Appy, que na época ocupou um dos cargos mais importantes no Ministério da Fazenda e hoje é visto como um dos nomes cotados para tocar uma reforma do sistema tributário no governo petista.

Em entrevista à Folha, Appy, que é diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) e autor de uma das propostas de **reforma tributária** que estão no Congresso, afirma que verdadeira herança maldita é a que será deixada pela atual governo: medidas de aumento de despesa e redução de receitas com impacto de quase 4% do **PIB** (Produto Interno Bruto), cerca de R\$ 350 bilhões. Também fala sobre especulações sobre cargo no novo governo.

Como estão as conversas com a equipe do presidente eleito? Há algum convite para participar do governo? Não recebi nenhum convite. Nem faria sentido. Só se discute equipe depois que se define o ministro da Fazenda. Não tem nada. Quem decide a equipe é o ministro da Fazenda.

O sr. foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda no primeiro governo Lula e também coordenou reformas no segundo mandato. É possível fazer um paralelo em relação às dificuldades que o governo vai enfrentar em 2023 e a situação de 20 anos atrás? Desde o final de 2021, em termos anualizados, as medidas de aumento de despesa ou redução de receitas adotadas pelo governo federal, mas com impacto sobre União, estados e municípios, chegam a quase 4% do **PIB**. Isso está sendo compensado pela alta arrecadação vinculada à alta do preço de commodities, sobretudo de petróleo. Se o petróleo voltar à normalidade, claramente vai aparecer uma deterioração do resultado fiscal.

Você tem o desafio de cumprir promessas de campanha e, na situação política do Brasil hoje, o novo governo não pode correr o risco de ter uma perda de popularidade muito grande no início, porque seria ruim para a governabilidade. Ao mesmo tempo, a situação internacional dificulta ter uma política fiscal que seja vista como irresponsável. É só ver o que aconteceu no Reino Unido. Eu diria que é uma situação bastante desafiadora.

Em 2003, havia desconfiança do mercado em relação ao novo governo, e adotou-se uma política econômica bem ortodoxa. Em 2003, você tinha um fator que não existe hoje, e que era extremamente relevante, que era uma situação das contas externas muito frágil, reservas internacionais muito baixas, e não tinha como correr o risco de ter uma fuga de capital. O impacto na época seria maior do que hoje.

Por outro lado, não existia esse grau de desajuste fiscal que a gente está vendo hoje. A herança maldita é a herança do governo Bolsonaro. Não tem nada a ver com a herança do Fernando Henrique. No caso do governo Fernando Henrique, o grosso do ajuste fiscal já tinha sido feito. Foi feita uma parcela adicional em 2003. Agora, a gente está herdando um conjunto de medidas que em um ano aumentou despesas e reduziu receitas na ordem de 4% do **PIB**.

Uma agenda de reformas sendo tocada já nesse primeiro ano de governo pode ajudar a dar uma perspectiva positiva para as contas públicas, pelo menos no médio prazo? Uma agenda que aumente o potencial de crescimento, e portanto a arrecadação,

não em proporção do **PIB**, mas em termos reais, junto com uma medida crível de controle das despesas, teria o efeito de gerar uma percepção maior de solvência do país no longo prazo.

O sr. tem conduzido debates em torno da **reforma tributária** do consumo há pelo menos 15 anos. Avalia que o próximo governo tem condições de aprová-la? Se o governo estiver disposto a colocar capital político para aprovar a reforma, as chances são grandes. Tem dois trabalhos relevantes: político e de comunicação. É preciso mostrar para os parlamentares e para a sociedade os efeitos positivos da reforma, o que talvez não tenha sido feito da forma ideal até agora. Com um grau razoável de concessões, tem como aprovar essa reforma. Se for prioridade para o governo.

Mas é preciso ver também qual vai ser a disposição dos novos governadores. Tinha-se obtido um consenso inédito de todos os secretários de Fazenda em torno da **reforma tributária**. Tem aí uma nova rodada de negociação. Há o apoio dos pequenos e médios municípios, e a resistência dos grandes municípios, mas tudo pode ser resolvido com uma boa negociação.

O plano de governo do presidente eleito destaca a questão da reindustrialização do país. A **reforma tributária** pode ajudar nessa questão? Todos os setores da economia são beneficiados pela reforma, mas o mais beneficiado é o industrial. Não porque vai ser favorecido, mas porque é o mais prejudicado pelas distorções do sistema tributário atual, distorções que oneram investimentos e reduzem a competitividade da produção brasileira tanto no mercado doméstico como nas exportações. Uma boa reforma da tributação do consumo corrige essas distorções.

Como a reforma se encaixa no plano do futuro governo de aumento na tributação dos mais ricos? Adotando uma alíquota uniforme na tributação de bens e serviços, você teria um efeito distributivo positivo, porque hoje no Brasil serviços são menos tributados do que bens, e ricos consomem muito mais serviços do que os pobres. Como proporção do consumo, rico paga menos imposto que pobre no Brasil.

Além disso, a reforma prevê um sistema de devolução do imposto para as famílias de baixa renda, que a gente chama de isenção personalizada. Em vez de isentar o produto, você isenta a pessoa. Com um limite, para não ter fraude. Esses dois componentes têm um efeito distributivo bastante positivo. Fora isso, tem a discussão da tributação da renda, que é muito importante também.

A questão do Imposto de Renda, com correção da tabela e tributação de lucros e dividendos, deveria

caminhar junto com a reforma do consumo? São reformas complementares. Do ponto de vista político, tratar das duas simultaneamente é positivo. Não tem nenhuma contradição entre a reforma do consumo, da tributação da renda e, eventualmente, da folha de salários também.

O Centro de Cidadania Fiscal tem defendido que existe espaço para aumentar a tributação da renda no Brasil, e esse espaço deveria ser utilizado para desonerar a folha de pagamentos na faixa de até um salário mínimo. É uma medida que tem impacto positivo na formalização, o que faz com o trabalhador se torne mais produtivo.

Um projeto do Ministério da Economia que trata do Imposto de Renda já foi aprovado pela Câmara, mas parou no Senado e foi muito criticado por tributaristas e pelas empresas. Essa proposta resolve a questão? É um projeto com muitos problemas. Um dos mais sérios é que ele passou com uma previsão de isenção na distribuição de dividendos para empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. Você tem casos em que sócios dessas empresas, que já pagam hoje pouquíssimo Imposto de Renda, por exemplo, no caso de empresas pejetizadas e profissionais liberais de alta renda, pagariam ainda menos com essa mudança. Adicionalmente, isso cria um incentivo para fragmentação de empresas.

A forma como passou esse projeto na Câmara é muito ruim do ponto de vista distributivo, porque agravaria a baixa tributação de pessoas que já têm altíssima renda hoje. Do jeito que está esse projeto, não deveria ser aprovado.

Bernard Appy, 60, diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal). Economista e ex-secretário-executivo e de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2009). Foi diretor de Estratégia e Planejamento da BM F Bovespa (atual B3) e sócio-diretor da LCA Consultores.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>

# Lula precisa sinalizar política fiscal, diz economista do Santander

**Alexa Salomão**

Na avaliação da economista-chefe do Banco Santander no Brasil, Ana Paula Vescovi, o governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa priorizar a divulgação de sua política fiscal e quais reformas pretende implementar. Segundo ela, as duas informações são vitais para reduzir a incerteza e antecipar o ciclo de redução dos juros.

"O maior desafio do Brasil é implementar um política fiscal eficiente, e estamos na expectativa do anúncio do próximo governo", afirmou a economista que também colunista da Folha. "Com essas informações, o mercado vai poder fazer conta e até ajudar o Banco Central a iniciar o ciclo de redução dos juros."

Na avaliação da economista, a **reforma tributária**, que já vem sendo discutida no Congresso, está madura para ser implementada e deveria ser uma prioridade.

Vescovi apresentou projeções para o Brasil durante painel que discutiu os rumos da economia para a América Latina durante a Conferência Internacional do banco Santander em Madri, na Espanha.

Neste ano, as projeções do banco apontam para um superávit primário de 1%. No entanto, a economista alerta para o fato de o Brasil ainda ter déficit estrutural e que a expectativa é de que haveria um déficit 1,4% no ano que vem.

Vescovi reforçou que o Brasil ainda está diante de um ciclo contracionista para conter a alta dos preços. O BC) levou a taxa de juros de 2%, em 2020, praticamente juros negativos, para uma taxa de 13,75% neste ano, ao mesmo tempo em que o aperto monetário ganhou escala global.

Como o Brasil se adiantou em subir os juros, a **inflação** no país já começou a ceder e tudo indica que o ciclo de distensão da taxa básica deve ser iniciado em junho do ano do que vem, enquanto a maioria das economias ainda estará no ciclo de aperto, destacou a economista.

A **inflação** em 12 meses no Brasil, que chegou a esbarrar em 12% em junho, já caiu para casa de 7% em setembro. A projeção é que deve ficar em 5,4% ao

final deste ano, e em 5% no final do ano que vem, com uma convergência ainda lenta para o centro da meta de 3,5%.

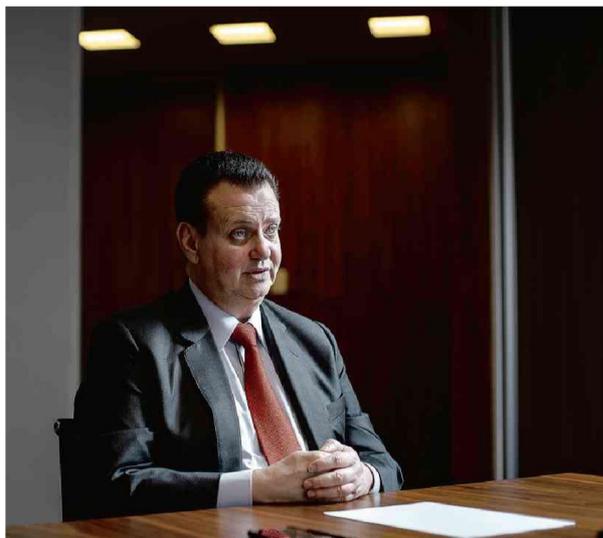
O ciclo contracionista de combate a **inflação** vai comprometer o crescimento, tirando praticamente dois pontos percentuais do **PIB** (Produto Interno Bruto). A previsão para este ano é de um avanço de 2,8% no **PIB**. Mas o aumento será mais tímido no ano que vem, no patamar de 0,7%, sinalizou a economista.

A expectativa de Vescovi é que a economia brasileira deve ser ajudada por um robusto resultado da agricultura e pela recuperação da renda das famílias, que tende a melhorar o consumo. O Brasil também será beneficiado no ano que vem pelos preços das commodities, que devem continuar em alta.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>

# Gilberto Kassab PSD precisa se sentir governando para dar apoio ao governo Lula



**Gilberto Kassab, 62**  
Economista e engenheiro civil, foi secretário de Planejamento de São Paulo (1997-8, governo Celso Pitta, PPB e PTN), deputado federal (1999-2005), vice-prefeito (2005-6, governo José Serra, PSDB) e prefeito (2006-13) de São Paulo, ministro das Cidades (governo Dilma Rousseff, PT, 2015-16) e da Ciência e Tecnologia (governo Michel Temer, MDB, 2016-18).

## Igor Gielow são paulo

**ENTREVISTA:** Gilberto Kassab, 62 Economista e engenheiro civil, foi secretário de Planejamento de São Paulo (1997-8, governo Celso Pitta, PPB e PTN), deputado federal (1999-2005), vice-prefeito (2005-6, governo José Serra, PSDB) e prefeito (2006-13) de São Paulo, ministro das Cidades (governo Dilma Rousseff; PT, 2015-16) e da Ciência e Tecnologia (governo Michel **Temer**, MDB, 2016-18).

O PSD deve apoiar o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas não o fará de graça. Quer se "sentir governando" com cargos e, principalmente, negociar um arcabouço de reciprocidade.

A saber, apoio federal às joias de sua coroa: São Paulo, onde é sócio majoritário do futuro governo, Paraná e prefeituras de capitais que já governa, e Sergipe, que assumirá. Por fim, ajuda na recondução de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à presidência do Senado.

Esta é a fatura que o presidente do partido, Gilberto Kassab, adiantou à Folha na manhã desta quarta (3), em seu apartamento na capital paulista. Ela será apresentada na semana que vem à sua colega Gleisi Hoffmann, do PT, em conversa pedida por ela.

Kassab nega que se trate de toma lá, dá cá. "Fazer

parte da base é participar. É uma parceria. Não seremos petistas para sempre) afirma. Em troca, traz consigo 11 senadores e 42 deputados federais.

Dono de um das bússolas mais acuradas da política nacional, ele começou o ano aparentando ter feito investimentos errados: quis o hoje vice de Lula, Geraldo Alckmin (PSB), como seu candidato em São Paulo, e Pacheco, disputando a Presidência da República.

Apostou então em cavalos de campos rivais para o pleito -e ganhou com ambos. Seu principal projeto foi em São Paulo, onde afiançou a candidatura vitoriosa do ex-ministro bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Vou trabalhar para ele ser o melhor governador de São Paulo e, no futuro, presidente") afirma. Esse parece o ponto mais complexo da lista de negociação com Lula: fazer o PT ajudar um rival que pode ocupar parte do espaço de fair Bolsonaro (PL).

Não apoiou ninguém, mas não nega a aposta em Lula. Sobre o presidente que não reconheceu a derrota, Kassab é econômico. "Ele admitiu do jeito dele", afirmou, apontando a gestão da pandemia e a campanha contra o sistema eleitoral como fatores que tiraram a vitória de Bolsonaro.

\*

Como o sr. avalia o processo eleitoral? As eleições mais uma vez aconteceram com normalidade institucional. Agora é virar a página.

Mas o país saiu rachado do pleito, não? A parte derrotada tem dificuldade de aceitar o resultado, como se viu nas estradas. São coisas distintas. A fratura não é um problema institucional, é uma realidade política: metade do país escolheu um caminho, metade, outro. O vencedor não teve maioria expressiva. Portanto, aumenta a responsabilidade do vencedor, porque ele vai ter de ser esforçar muito para ter um bom diálogo. Nesse aspecto, o Lula foi muito feliz na sua primeira manifestação, porque deixou claro que vai governar para todos.

E a reação do presidente? É o estilo dele, cada um tem o seu. Foi com esse estilo que ele se elegeu

presidente e quase se reelegeu agora. O importante na essência é que ele reconheceu [a derrota] a seu modo e a transição começou.

Ele sai como um líder de oposição ou pode evaporar? A votação no Bolsonaro é maior do que a dimensão dele, porque votaram nele também o antipetista, que pode não ser um bolsonarista. Acho que, se o Bolsonaro quiser continuar na vida pública, se tornará um importante líder da direita, mas ele não vai liderar todas as oposições.

E onde se encaixam figuras como o Tarcísio e o [governador mineiro] Romeu Zeina [Novo]? São pessoas que foram apoiadas pelo bolsonarismo, uns mais, outros menos. Agora temos de olhar para a frente.

Voltando ao Tarcísio, ele teve exatamente a mesma votação do Bolsonaro em São Paulo, 55,2%. Mas agora ele não tenderá a se afastar do bolsonarismo? Ele construiu uma candidatura de centro-direita e ganhou. Ele foi muito bem assimilado pelo centro e pela direita. Soube ocupar um espaço ao centro que o Fernando Haddad (PT) e o Rodrigo Garcia (PSDB) não conseguiram. E soube preservar o apoio da direita bolsonarista. Não vejo ele se afastando de nenhum dos polos. Ele terá suas relações institucionais.

Há uma máquina estadual montada em quase 30 anos de poder do PSDB. Essa máquina fica e troca de camisa ou haverá mudanças? Haverá uma pressão de quadros federais que, sem emprego, vão querer vir a São Paulo. O Tarcísio é muito inteligente. Ele nunca negou que São Paulo é um modelo para o Brasil. O que ele diz é que o estado pode mais. É um governo de aperfeiçoamento, não de ruptura. Caberá a ele saber o que deve ser mudado. Porque você já estava numa situação em que o chefe de um departamento se considera dono dele.

O sr. acha que a derrota do PSDB no primeiro turno teve a ver mais com esse cansaço de 30 anos de poder ou com a repetição da polarização nacional no estado? Eu tenho respeito pelo Rodrigo. A minha impressão é que ele não soube fazer a somatória política adequada, além do desgaste. E ele teve o azar de ter o Tarcísio como candidato. As pessoas que dizem que ele não tem vocação política porque é técnico não entendem de política. Alguém que foi do governo Dilma, do **Temer** e do Bolsonaro e é aplaudido por todos não tem habilidade política?

E quando ele se filia ao PSD? Não está em questão. Ele está no Republicanos.

E quando o PSD se fundirá ao Republicanos, ou fará uma federação? O PSD não fará fusão ou federação.

O Tarcísio está no Republicanos, será o principal parceiro do PSD. Federação engessa.

Bom, o sr. apostou num candidato bolsonarista e, embora não tenha anunciado apoio, estava mais próximo da candidatura do Lula, até por já ter sido ministro de um governo do PT. Verdade. A candidatura do Tarcísio foi o maior acerto da gestão Bolsonaro.

E como será a parceria nacional do PSD? Todos sabem que há uma chance grande, até pela conduta de parte expressiva do partido, de caminhar para o apoio à gestão Lula. Vai haver condições, lógico.

Qual sua posição pessoal? Eu sou a favor, sim, desde que algumas premissas sejam atendidas. E inegociável na construção [com Lula] o apoio aos bons projetos do partido, que são o Eduardo Paes [prefeito do Rio], ao Ratinho Jr. [governador reeleito do Paraná], ao Tarcísio, ao Fábio Mitidieri [eleito em Sergipe] e ao Rodrigo Pacheco no Senado. Também outras prefeituras de capitais, como Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte. O que significa isso? O PSD está oferecendo ao governo Lula a possibilidade de construir juntos boas políticas para 40% do país. Nesses estados e no Senado, temos responsabilidade de condução. Se integramos a base, queremos a reciprocidade de compartilhamento de condução.

E verbas, cargos, programas federais. Parceria. Esse é o perfil do Lula. Veja, o PSD é De modesto, não é toma lá, dá cá. Evidente que, se você diz que é da base, é natural que por meio de nossos líderes, e tudo caminha para que sejam o Otto Alencar (BA) no Senado e o Antonio Brito (BA) na Câmara, você possa construir um conjunto de participações para o que o partido se sinta governando. Isso significa indicação? Não. A indicação é sempre discutida. Não tenho constrangimento.

O Lula disse que este não seria um governo do PT, mas o sr. conhece o apetite do partido por espaços. Olha, do ponto de vista pessoal, todas as minhas experiências com o PT foram positivas. Nos últimos dois anos, o Lula nos convida para uma parceria e compreendeu a posição do PSD e a minha em favor do impeachment. O governo vai ter de deixar claro o apoio a esses cinco pontos-chaves que citei.

O sr. toparia voltar a ser ministro? Não, porque não apoiei o Lula, tive uma postura de neutralidade. E estou procurando oferecer para o Brasil um bom partido, que a partir de agora deixa de ser de centro para ser de centro-direita. Para mim está claro que o PT precisa se voltar para o centro.

E nessa parceria existe uma área preferencial para o PSD oferecer quadros? Não, acho que aí vai caber

aos líderes coordenar as conversas. O pacto nacional tem de ser liderado pelo presidente da República. Isso não significa que nós vamos ser petistas para o resto da vida, o PSD não é petista.

O sr. já falou com o Lula e o PT desde a eleição? Eu mandei uma mensagem para ele e a publiquei. Liguei para cumprimentá-lo pela vitória, mas o presidente estava numa ligação com um chefe de Estado. Depois, liguei para cumprimentar a Gleisi [Hoffmann, presidente do PT] e ela me ligou no dia seguinte, me consultando se eu aceitaria tomar um café com ela para discutir o futuro. Eu consultei o Otto Alencar e o Antônio Brito, e todos entenderam que era correto.

E em São Paulo, o sr. vai participar diretamente da gestão? Até o ano passado, meu projeto era fazer do PSD um grande partido. Isso está feito, vai sobrar mais tempo para me dedicar a São Paulo. Não passa pela minha cabeça ter responsabilidade no Executivo. Não estou dizendo que não serei, mas não preciso ser secretário para ajudá-lo.

O Guilherme Afif Domingos, que foi o comandante da campanha, já está coordenando a transição e me representa. Ele pode estar no governo.

Quais suas prioridades no Congresso? Temos de trabalhar numa reforma administrativa, que preveja a meritocracia. Precisamos melhorar a saúde, a educação, a segurança, daí fazer uma **reforma tributária**. Falando em reeleição, vamos trabalhar para acabar com ela e com as coligações majoritárias. Ficou claro para o PSD que há um movimento expressivo em defesa da propriedade privada, das privatizações.

Então acabou a história de não ser de esquerda, de direita ou de centro. Aquela frase foi dita quando não tínhamos nem estatuto, mas naquela mesma entrevista disse que, se dependesse de mim, o PSD seria de centro. Agora, passados 11 anos, se depender de mim, será de centro-direita.

O sr. disse que Tarcísio é um legado positivo de Bolsonaro. Mas houve degradação institucional? De forma respeitosa, posso falar do que acho que levou à sua derrota. Primeiro, a Covid. O mais difícil, que era dar recursos para estados e municípios, ele fez. Tendo feito o mais difícil, ficou um pouco incompreensível sua postura.

Outro ponto foi a questão da uma eletrônica. Ficou a impressão de que ele queria usar isso como pretexto para uma medida extrema. Mas houve pontos positivos na economia, agricultura, infraestrutura.

"Não tem nenhum sentido eu, que vou trabalhar para

que Tarcísio seja presidente, integrar uma base sem que eu peça que SP e governo federal sejam um conjunto só. Não faz sentido eu ser base se Rodrigo Pacheco não puder continuar como presidente do Senado"

"O presidente da República nomeia de acordo com suas escolhas pessoais e de acordo com as parcerias que faz para ter governabilidade. Então fazer parte da base do governo é participar. Em hipótese nenhuma serão indicações que não correspondam ao mais alto padrão de eficiência e moral"

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>

# Congresso da Colômbia aprova reforma tributária de Petro



Membros do Congresso colombiano debatem os pontos da reforma; proposta de campanha de Petro

A Câmara dos Deputados da Colômbia aprovou ontem a proposta de **reforma tributária** elaborada pelo governo de Gustavo Petro, com a qual pretende arrecadar 20 bilhões de pesos (R\$ 20 milhões) no ano que vem. A maioria dos artigos que compõem um aumento de **impostos** foi aprovada tanto na Câmara quanto no Senado. Na Câmara, uma parte da reforma foi aprovada em bloco, por 132 deputados a favor e 31 contra. O restante foi votado em separado.

**PROMESSA.** A proposta era uma promessa de campanha de Petro e foi enviada no primeiro dia de seu governo, em 7 de agosto. Depois de dois dias de debate, a Câmara aprovou o imposto sobre bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, deixando de fora da taxa produtos como pão, mel, bolachas e lanches. O Senado já havia aprovado esse imposto com as mesmas alterações. Com isso, ele passa a valer a partir do ano que vem.

Os deputados aprovaram uma parte da reforma em bloco e discutem em separado as medidas mais sensíveis, como a taxa sobre royalties do petróleo, que deve voltar a ser discutido hoje. O artigo propõe uma sobretaxa sobre petroleiros e mineradores com base no preço internacional dos últimos dez anos. No caso do petróleo, a taxa seria progressiva em 5%, 10% e 15%; e em carvão, 5% ou 10%.

Entre as mudanças aprovadas tanto pelo Senado, na quarta-feira, quanto pela Câmara, ontem, está a taxa com imposto de renda para as plataformas digitais. Uma parte dos parlamentares votou contra a proposta por avaliar que os serviços podem se tornar mais caros com a taxa e, portanto, mais excludente para famílias de menor renda.

Outro imposto criado pela reforma foi sobre plásticos de uso único na indústria e no setor agrícola. Deputados que votaram contra também argumentaram sobre o impacto no bolso dos colombianos, nos comerciantes e nas exportações do país.

**PENSÕES.** Algumas mudanças propostas inicialmente foram deixadas para trás nas discussões parlamentares. É o caso da taxa sobre as pensões acima de 10 milhões de pesos -segundo o jornal El País, recebidos por uma minoria privilegiada do país -, abandonada depois das críticas de setores tradicionais e aliados de Petro, sobretudo os conservadores.

Durante as discussões, governo e congressistas abandonaram algumas ideias, como cobrar imposto de igrejas e incluir o pão na lista de alimentos ultraprocessados, que seriam sobretaxados.

Segundo o governo da Colômbia, o projeto se baseia na redução de benefícios fiscais para os segmentos de maior renda, melhoria da eficiência na alocação de recursos, ampliação das fontes de arrecadação por meio de medidas para mitigar as consequências ambientais e sanitárias e nas medidas de combate à sonegação fiscal.

"A Colômbia ganhará recursos para programas sociais, que agora podem ser financiados de maneira mais significativa", disse ontem o ministro da Fazenda, José Antonio Ocampo.

Já a oposição reclamou que a reforma "vai aumentar a pobreza, o desemprego e reduzirá investimentos, afetando famílias de classe média e de menor renda, além de causar prejuízos ao setor do petróleo", disse o Centro Democrático, liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe, em nota.

Foram registrados nas duas últimas semanas protestos de pessoas que se opõem ao governo de Petro - o primeiro presidente de esquerda da Colômbia - e principalmente à reforma fiscal. efe e ap

---

**Sintonia**

**Maioria dos artigos que  
compõem aumento de  
impostos foi aprovada na  
Câmara e no Senado**

---

# Veja os planos de Lula para a reforma tributária

As reformas da tributação sobre o consumo e a renda, que não chegaram a ser aprovadas pelo Congresso no governo Jair Bolsonaro (PL), estão entre as principais propostas que podem ser votadas no início do novo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2023. Os principais textos em tramitação remetem a propostas que têm sido discutidas há pelo menos 15 anos, ou seja, desde os governos anteriores do PT, passando pela atual gestão.

A unificação dos principais **tributos** sobre o consumo, por exemplo, é tema de duas propostas do Legislativo e de um projeto apresentado pelo atual governo - nenhuma delas foi votada ainda. Em seus principais pontos, os textos remetem a um projeto elaborado há cerca de 15 anos, ainda no segundo governo Lula.

A ideia também foi defendida na campanha eleitoral pelos candidatos derrotados à Presidência Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) e é citada no programa de governo da chapa vencedora Lula/Alckmin, que fala em "simplificar e reduzir a tributação do consumo". O petista defendeu ainda na campanha mudanças no Imposto de Renda como a correção da tabela, a tributação de lucros e dividendos e a taxaçoão dos mais ricos. Dois desses temas também fazem parte de um projeto do governo Bolsonaro que chegou a ser aprovado pela Câmara, mas parou no Senado.

## Tributação do consumo

A proposta da Câmara, a PEC 45, foi apresentada em 2019 pelo deputado Baleia Rossi (MDB), e tem como base a um projeto do economista Bernard Appy, que foi o número 2 no Ministério da Fazenda de 2003 a 2007 (nos governos Lula) e é citado como um dos economistas que podem integrar o governo Lula 3.

Ela prevê a substituição de cinco **tributos** (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS) por um imposto sobre bens e serviços (IBS), com arrecadação centralizada e gestão compartilhada, e um imposto seletivo sobre cigarros e bebidas. A última versão do texto é o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que prevê também substituir a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda - modelo semelhante ao adotado no Rio Grande do Sul.

A alíquota seria a mesma para todos os bens e serviços, o que significa onerar mais as pessoas de maior renda. Também acaba com a maior parte dos benefícios fiscais.

O texto tem amplo apoio do setor industrial e bancário, mas enfrenta resistência de parte das empresas de serviços (que seriam mais taxadas) e das grandes cidades, que perderiam a total autonomia sobre o ISS (imposto municipal sobre serviços). Também será necessário conseguir consenso entre os governadores, que terão de abrir mão da concessão de benefícios fiscais - a tributação será feita no destino e não mais no local em que está a empresa.

Uma versão semelhante dessa proposta é a PEC 110, do Senado, cuja versão atual é um relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Uma das principais diferenças é a possibilidade de ter um IBS federal e outros para estados e municípios.

## Imposto de renda

Em sua proposta não detalhada de uma "**reforma tributária** solidária, justa e sustentável" e durante a campanha, o presidente eleito também defendeu a correção da tabela do Imposto de Renda, com faixa de isenção elevada de R\$ 1.903,98 para R\$ 5.000, e a tributação de lucros e dividendos.

Na atual gestão, a Câmara chegou a aprovar o projeto do Ministério da Economia que previa isenção até R\$ 2.500, correção das demais faixas e a taxaçoão de lucros, mas isentando empresas do Simples e de Lucro Presumido. Haveria também corte da alíquota-base do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) de 15% para 8%. O texto final desagradou a maior parte do setor produtivo e sua tramitação não caminhou no Senado.

## PROPOSTAS LULA/ALCKMIN

- **Reforma tributária** solidária, justa e sustentável
- Simplificar e reduzir a tributação do consumo
- Garantir progressividade tributária (ricos vão pagar mais)
- Desonerar produto com maior valor agregado,

tecnologia embarcada e ecologicamente sustentável

- Combate à sonegação

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/04-11-2022-edicao24433/>

# Entenda como o dólar forte causa contração na economia mundial



## PORQUÊ?

Otaviano Canuto Membro sênior do Policy Center for the New South O dólar norte-americano subiu dramaticamente no passado recente. O índice de valor do dólar dos Estados Unidos contra seis outras moedas globais, compilado pelo Federal Reserve Bank de Saint Louis, alcançou o maior patamar dos últimos 20 anos no final de setembro.

Em outubro, andou de lado, sem ser possível antever se alcançou algum pico médio ou platô. De qualquer modo, de janeiro a meados de outubro, o dólar subiu 13% em relação ao euro, 22% em relação ao iene japonês e 6% contra moedas de países com economias emergentes.

Um fator maior subjacente à valorização do dólar está no maior rendimento em termos reais dos ativos norte-americanos em relação a outros. Por exemplo, o diferencial de rendimentos reais entre os Estados Unidos e a zona do euro, medido pelos rendimentos de títulos públicos indexados à **inflação** de cinco anos, emparelha bem com a depreciação do euro em relação ao dólar.

Esse diferencial refletiu os movimentos mais rápidos das taxas de juros nos Estados Unidos, seguidos pelo convencimento do mercado quanto ao compromisso anti-inflacionário assumido pelo Fed (banco central dos EUA), mais forte em comparação com outros bancos centrais.

Correlações similares podem ser encontradas de forma mais ampla com os diferenciais de taxas de

retorno ajustadas ao risco em outros ativos de renda fixa. Dadas as alturas já alcançadas pelo dólar, mais surtos de valorização tenderão a acontecer caso os outros bancos centrais continuem a defasar na fixação das taxas de juros e/ou se o ritmo de ajuste do Fed acelerar ainda mais.

O lugar assumido por aplicações líquidas em dólares como "porto seguro", mesmo com baixo retorno, também aumenta sua demanda em momentos de percepção de riscos mais altos e menor apetite de investidores para carregar tais riscos em suas carteiras.

No período recente, eventos e riscos geopolíticos, como os decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia, também contribuíram para a demanda por dólares.

Houve também, é claro, eventos pontuais e peculiares. Como a intensa depreciação da libra esterlina quando o governo britânico fez uma proposta -depois retirada- de cortes de **impostos** sem cobertura evidente de financiamento.

O caráter idiossincrático da crise energética europeia e a altíssima probabilidade de recessão dura também representaram fatores de compressão sobre o euro.

A forte valorização do dólar americano em relação às demais moedas, no passado recente, reforçou pressões contracionistas presentes na economia global.

Por um lado, nos Estados Unidos, a valorização cambial atuou na direção de mitigar a **inflação** local. Contudo, considerando-se o baixo peso relativo do comércio no **PIB** dos Estados Unidos, nada próximo de deter a **inflação** doméstica por si só.

Por outro lado, economias já às voltas com **inflação** doméstica ascendente tiveram adicionalmente de vivenciar o encarecimento local de produtos comercializáveis e, portanto, maior exigência de aperto monetário.

É claro que, eventualmente, a desvalorização traz efeitos expansivos sobre saldos comerciais. Há porém o fenômeno conhecido como o efeito da "curva em J": uma perda inicial antes de se seguir algum ganho.

Abalança comercial de um país piora inicialmente após uma desvalorização de sua moeda, antes de se recuperar e, em algum momento, superar seu desempenho inicial.

Restrições de oferta -inclusive de energia- tenderam a alongar o fundo dessa "curva em J" em muitos dos casos de desvalorização perante o dólar. Assistiu-se, portanto, a uma predominância do efeito contracionista e inflacionário imediato.

Avalorização do dólar também traz um efeito compressivo sobre economias que tenham exposição elevada a passivos denominados naquela moeda. A subida do dólar foi mais intensa em relação às moedas de outras economias avançadas. Contudo, mesmo sem passarem por desvalorização tão intensa, economias emergentes e em desenvolvimento com passivos externos em dólares viram-se mais vulneráveis.

Esse foi o caso de países da América Latina, do Caribe e da Europa com dívidas pública e privada em dólares - não o do Brasil, onde o governo possui ativos líquidos positivos em dólar e não há descasamentos significativos de moedas em balanços privados, além de o país ser exportador líquido de commodities. No entanto, foi o de vários outros emergentes e países de baixa renda às voltas com endividamento externo (Sri Lanka, Zâmbia, Paquistão, Argentina, Turquia e muitos outros).

Cabe notar também o efeito negativo sobre a rentabilidade de empresas dos Estados Unidos para as quais a renda obtida no exterior tem significância.

Além de prejudicar os lucros das multinacionais norte-americanas no exterior, bem como os passivos estrangeiros denominados em dólares dos mercados emergentes, de uma forma ou de outra a valorização do dólar pode levar a choques inflacionários em outros países e, assim, a políticas monetárias ainda mais apertadas.

Ciclos de feedback de políticas restritivas podem sempre ser desencadeados por uma valorização drástica e repentina do dólar e a alta deste evidentemente lembrou tais riscos a todos.

Há um desafio intrínseco à economia globalizada. Cada banco central olha para o seu próprio país, decidindo as políticas monetárias de acordo como que julga necessário em relação ao dilema local entre desemprego e inflação.

No entanto, em uma economia tão interdependente, as repercussões das decisões de qualquer país grande vão muito além de suas fronteiras. E voltam. A

probabilidade de feedback de políticas monetárias restritivas inclusive é maior quando todas elas respondem a um problema inflacionário comum.

A transmissão via taxas de câmbio se inscreve nessa interdependência. Juros mais elevados nos Estados Unidos acabam impondo aos demais a escolha entre também elevar juros e/ou deixar ocorrerem saídas de capital e desvalorização cambial.

Alguns países vêm recorrendo a intervenções diretas nas taxas de câmbio em vez de elevar taxas de juros domésticas -ou como complemento.

O Japão optou por vender reservas de títulos do Tesouro dos Estados Unidos para tentar neutralizar a desvalorização cambial do iene em relação ao dólar.

A Suíça também disse estar considerando vender moeda estrangeira para apoiar o franco suíço, além de aumentar as taxas de juros entre as reuniões de seu banco central.

O período após a crise financeira global de 2008-2009 viu "guerras cambiais", quando os países se acusavam de exportar seus problemas de desemprego por meio de reduções significativas nas taxas de juros domésticas e desvalorização de suas moedas. Poderia uma "guerra cambial reversa" estar surgindo agora, já que a valorização do dólar americano exporta inflação para outros?

Uma coordenação ampla aconteceu em 1985, quando, como agora, o dólar ficou supervalorizado. O "Acordo de Plaza", então assinado entre França, Alemanha Ocidental, Reino Unido, Japão e Estados Unidos, teve como compromisso bem-sucedido a desvalorização do dólar.

Contudo, naquele momento a inflação norte-americana estava já em declínio depois de um período longo de juros domésticos elevados, enquanto o aperto monetário e de condições financeiras nos Estados Unidos ainda está em curso.

O cenário mais provável é o de ausência de acordos equivalentes, com alguns países se esforçando para evitar ajustes puros de taxas de juros mediante intervenção direta nos mercados de câmbio. O efeito será limitado se os fatores subjacentes que levam aos fluxos de capital e pressão cambial não mudarem.

Portanto, o "giro" ou "pivô" do dólar só ocorrerá quando ocorrer um "giro" ou "pivô" na política monetária dos Estados Unidos. Entrementes, conforme recomendado por Gita Gopinath e Paul-Olivier Gourinchas, o Fed deveria reabrir a torneira das linhas precaucionárias de crédito com os demais

bancos centrais -como durante a pandemia- para evitar os riscos destes serem colocados contra a parede em situações de súbita iliquidez em termos de dólares.

# O mundo acuado pela alta de juros (Editorial)



Mais um aperto está sendo imposto aos mercados com o novo aumento dos juros americanos, e o arrocho financeiro tende a complicar, em 2023, as tarefas iniciais do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O arrocho internacional deve continuar e ainda poderá ficar bem mais severo, se a **inflação** for enfrentada na zona do euro com maior restrição monetária. A **inflação** ao consumidor nos Estados Unidos atingiu 8,2% nos 12 meses até setembro, taxa pouco menor que a acumulada até o mês anterior, 8,3%. Diante da persistência da alta de preços, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pela quarta vez adicionou 0,75 ponto porcentual aos juros básicos, elevando-os para a faixa de 3,75% a 4%. O próximo aumento deverá ser mais moderado, mas o teto será maior que o esperado pelo mercado, adiantou o presidente da instituição, Jerome Powell. Sem surpresa, as ações despencaram nas bolsas na manhã de quinta-feira, dia seguinte ao do anúncio do Fed.

O Banco Central Europeu (BCE), responsável pela gestão do euro, já havia elevado os juros básicos, na semana anterior, para 1,5%, a taxa mais alta desde 2009. Conhecido o novo aumento dos juros

americanos, a presidente do BCE, Christine Lagarde, admitiu a importância de observar todas as consequências atentamente, mas sem acompanhar, necessariamente, a decisão americana. "Não somos iguais e não podemos progredir no mesmo ritmo e sob o mesmo diagnóstico de nossas economias", disse Lagarde. Na quinta-feira, no entanto, o Banco da Inglaterra ajustou os juros básicos de 2,25% para 3%, na maior alta em 33 anos.

A presidente do BCE pode ter razões para defender uma política própria, mas deve esforçar-se para conter uma **inflação** de 9,9% nos 12 meses até setembro.

No mês anterior a taxa acumulada havia batido em 9,1%. No Reino Unido, a taxa acumulada em um ano subiu de 8,6% para 8,8% entre aqueles meses.

Não há como menosprezar a **inflação**, porque os números permanecem acima dos padrões habituais mesmo com a exclusão de alimentos e energia. Na média das sete maiores economias capitalistas, a taxa acumulada cai de 7,7% para 5,4% quando esses dois itens são desconsiderados. Na média dos 38 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a redução é de 10,5% para 7,6%. As pressões são difusas e atingem outros bens e também o setor de serviços.

A difusão é evidente também no Brasil, onde os desajustes de preços foram disfarçados, durante alguns meses, pela redução de **impostos** sobre combustíveis.

Essa intervenção política, de efeito passageiro, derrubou de imediato alguns custos, sem eliminar as causas principais de elevação do custo de vida. O mercado brasileiro continua exposto ao comércio internacional, às pressões causadas pelas oscilações do câmbio e, naturalmente, aos problemas derivados da gestão voluntarista das contas públicas. Por esses fatores internos e também pelas condições internacionais, qualquer redução dos juros básicos no País deverá ser lenta e muito cautelosa no próximo ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Questão fiscal é o que mais preocupa, dizem economistas

*Victor Rezende\* e Rafael Vazquez De Madri e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

# Lira afirma que pode votar correção do IR



COM DISPOSIÇÃO. Presidente da Câmara afirmou que a Casa está preparada para pautar o tema

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou em reunião com líderes partidários que, se o governo Lula quiser, ele colocará a correção da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para ser votada ainda neste ano.

A correção da tabela do IR-PF para cinco salários mínimos (hoje, R\$ 6.060) é uma das promessas tanto do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva quanto do presidente Jair Bolsonaro, derrotado nas eleições deste ano. O limite está em R\$ 1,9 mil, valor não corrigido desde 2015, à época do governo de Dilma Rousseff. Se a tabela não for corrigida, quem recebe 1,5 salário mínimo pagará IR no ano que vem.

Projeto do deputado Danilo Forte (União-CE), apresentado em agosto, prevê a correção da faixa para quatro salários mínimos, mas trata só desse assunto. A proposta não mexe em outros pontos da tributação do IR como o projeto aprovado pela Câmara com ampla maioria que prevê a volta da taxa de lucros e dividendos para acionistas de empresas. Esse projeto teve apoio de Lira para ser aprovado, mas ficou na geladeira no Senado.

JANELA "Na reunião de líderes, houve a sinalização do presidente da Câmara de que, se houver concordância com o governo eleito, a Câmara está preparada e disposta a pautar o tema na Casa", informou Forte, sobre o encontro. "Temos uma janela para aprovar projetos urgentes e de consenso no Legislativo ainda este ano. Um desses temas é justamente a correção da tabela, que fez parte da agenda dos dois dos candidatos", destacou. Os termos do projeto seriam acertados com o governo de transição.

Pelo projeto de Forte, a faixa de isenção vai até R\$ 5,2 mil. Acima desse valor, haveria alíquotas progressivas

e parcelas de dedução do imposto.

Há uma preocupação dos economistas que discutem a reforma do IR de evitar as distorções introduzidas no texto já aprovado pela Câmara e que fazem com que grupos de pessoas de alta renda paguem ainda menos **impostos**. Nesse projeto, a faixa de correção é elevada de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil mensais.

A reportagem apurou que o debate no PT não está maduro para ter uma posição ainda este ano. O temor maior no partido é de o Congresso aprovar um projeto muito ruim e deixar para o presidente Jair Bolsonaro sancioná-lo.

Além disso, especialistas em tributação que auxiliam o governo eleito defendem que a correção da faixa de isenção seja gradual devido ao potencial elevado de perda de arrecadação, dificultando inclusive o avanço numa desoneração da folha das empresas (corte em encargos sobre os salários).

Um dos desafios é incluir a promessa de isentar do IR quem ganha até cinco mínimos - medida que os tributaristas do partido consideram mais regressiva, ou seja, que prejudica os mais pobres.

O consenso na equipe de Lula é de que, sem derrubar a isenção de **impostos** sobre lucros e dividendos de acionistas das empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões (Simples e lucro presumido), não haverá espaço fiscal nem para corrigir a tabela nem para desonerar a folha.

(do Estadão Conteúdo)

# Lula vai propor "PEC da transição" para autorizar gastos extras em 2023



O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (de gravata rosa), durante reunião com senadores. *Idiana Tomazelli Julia Chaib Thiago Resende*

A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), acertaram nesta quinta-feira (3) a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar despesas acima do teto de gastos -incluindo a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 do Auxílio Brasil.

A chamada "PEC da transição" é necessária para evitar um apagão social no ano que vem, já que a proposta de Orçamento enviada em agosto pelo governo Bolsonaro assegura apenas um valor médio de R\$ 405,21 no Auxílio Brasil, além de impor cortes severos em programas habitacionais e também no Farmácia Popular.

"Decidimos levar aos líderes partidários a ideia de aprovarmos uma PEC, em caráter emergencial, de transição deste governo para o próximo governo, excepcionalizando do teto de gastos algumas despesas que são inadiáveis, como por exemplo o Bolsa Família [Auxílio Brasil] no valor de R\$ 600", disse Castro.

O valor dessa fatura extra ainda será definido em reuniões técnicas nos próximos dias. Interlocutor do PT nas negociações do Orçamento, o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias disse que citar agora qualquer cifra agora seria especulativo. "É chutômetro", afirmou após sair de uma das diversas reuniões sobre o tema durante esta quinta.

O deputado Ênio Verri (PT-PR), que também participou da reunião, disse que o texto da PEC não deve trazer um valor específico de licença para gastar -que vem sendo chamada de "waiver" pelo mercado

financeiro. As cifras específicas constariam apenas no projeto de lei do Orçamento, a ser modificado por Castro.

"A PEC diz que para o ano que vem haverá exceção para algumas políticas, que serão citadas", afirmou o deputado.

Wellington Dias também confirmou que a PEC não trará um limite explícito para essas despesas, mas negou que isso represente um "cheque em branco". "Não é um cheque em branco porque tem uma definição de valores a partir da lei orçamentária", disse.

As discussões dos detalhes devem continuar nos próximos dias. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse que o plano é submeter as propostas a Lula na segunda-feira (7), para apresentação de uma minuta da PEC ao relator do Orçamento já na terça-feira (8). "A PEC será apresentada terça-feira. Vamos trabalhar no formato, valor, quem será o autor", afirmou.

Em entrevista à Folha na terça-feira (1º), Castro disse que a fatura deve ser de pelo menos R\$ 100 bilhões. Dentro da campanha já circularam valores até maiores, entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões, mas os presentes à reunião afirmam ser precipitado cravar qualquer cifra antes do encontro da semana que vem.

O tamanho da conta das promessas é acompanhado de perto pelo mercado financeiro, que teme uma expansão fiscal exagerada a partir do ano que vem e uma consequente trajetória explosiva da dívida pública ao longo dos próximos anos.

Vladimir Kuhl Teles, ex-secretário de Guedes e atual economista-chefe da gestora de investimentos O3 Capital, calcula que a dívida bruta crescerá de maneira acelerada caso seja incorporada nas contas públicas a partir de 2023 uma expansão adicional de R\$ 100 bilhões no nível de despesas, somada a uma expansão adicional no teto de 1% acima da inflação a partir de 2024.

Nesse caso, disse Teles à Folha em outubro, a relação entre dívida bruta e PIB (Produto Interno Bruto) passaria dos atuais 77,5% para 91,31% em 2026 e continuaria em "trajetória explosiva" a partir daí -podendo superar 100% do PIB (Produto Interno Bruto)

em 2029.

Já no caso de uma expansão permanente de R\$ 100 bilhões nas despesas em 2023, mas um crescimento limitado pela **inflação** a partir disso, o endividamento sobe nos próximos anos e depois se estabiliza.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente), vinculada ao Senado, em entrevista à Folha em outubro, avaliou que a dívida bruta do governo pode subir cerca de 5 pontos percentuais na esteira da ampliação dos gastos e também do maior custo com juros da dívida pública -que fica mais cara diante da maior percepção de risco do mercado.

Segundo o economista, a "aceitação" do aumento de gastos pelo mercado, para que não haja pânico nem maiores instabilidades, vai depender não só do tamanho da fatura, mas de sua composição -ou seja, o que é pelo lado do gasto e o que é pelo lado da receita.

"Em nenhum momento vejo nessas discussões rever despesas que estão dentro do teto. Não para tirar [do teto], mas para cortar", afirmou Juliana Damasceno, economista-sênior da Tendências Consultoria, no mês passado. Ela citou como possibilidade de revisão benefícios sociais pagos de forma sobreposta.

"A partir do momento que a gente ignora que tem um trabalho para fazer dentro do Orçamento, a gente permite que despesas continuem existindo como se fossem meritórias. Como o orçamento secreto", disse, em referência às emendas de relator.

Entre as prioridades citadas pelos participantes da reunião para constar na PEC estão a manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 por família, o benefício adicional de R\$ 150 por criança com até seis anos, o aumento real do salário mínimo, a redução das filas do SUS (Sistema Único de Saúde), as ações de saúde indígena e merenda escolar, além de recursos para obras, incluindo para um programa habitacional.

Só a continuidade dos R\$ 200 adicionais no Auxílio Brasil tem um custo estimado em aproximadamente R\$ 52 bilhões. Já o benefício adicional para as crianças é calculado em R\$ 18 bilhões.

No caso do salário mínimo, a regra em avaliação pela campanha (com base na média do crescimento dos últimos cinco anos) asseguraria um aumento de 1,3% a 1,4%. O impacto no Orçamento é de R\$ 6 bilhões, se o reajuste for aplicado já em janeiro, ou R\$ 3,9 bilhões, caso a vigência inicie em maio.

No caso da fila do SUS, a equipe de Lula prevê, em

estimativas preliminares, uma necessidade de R\$ 10 bilhões para regularizar os atendimentos à população e promover uma ampla campanha de vacinação.

"Vamos tecnicamente definir cada ponto crítico para ter a definição dos valores", disse Wellington Dias.

Segundo ele, a PEC deve abrir exceção para essas despesas não só do teto de gastos, mas também de outras regras fiscais, como a meta de resultado primário. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023 autoriza um déficit de até R\$ 65,9 bilhões no ano que vem. Ampliar as despesas significa também um rombo maior, o que demandaria alteração na LDO.

Como não há tempo hábil para tantas mudanças legislativas, a opção é por uma PEC de alcance amplo para resolver o impasse do Orçamento no ano que vem. A chamada regra de ouro, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes, como salários, também será atingida pelas exceções da proposta.

Um dos maiores desafios é justamente o tempo exíguo. "O Auxílio tem que ser aprovado este mês, porque a folha de pagamentos de janeiro é rodada em dezembro. Senão você deixa 20 milhões de pessoas sem renda", afirmou o ex-ministro Aloizio Mercadante, coordenador técnico da equipe de transição. Segundo ele, a PEC precisa tramitar em paralelo ao projeto de Orçamento.

"Já tem jurisprudência", disse Mercadante sobre o Congresso já ter aprovado PEC para abrir exceção para gastos fora da regra do teto.

O ex-ministro, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) e outros integrantes da transição estiveram nesta quinta em reunião no TCU (Tribunal de Contas da União) e receberam a sinalização de que a corte de contas vai colaborar no que for preciso para ajudar a destravar o Orçamento.

Falta definir ainda se a PEC será apresentada na Câmara ou no Senado. Entre parlamentares do PT, há uma preferência de que a proposta inicie a tramitação no Senado, onde o ambiente é visto como mais favorável devido à proximidade entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aliados de Lula.

Nesse cenário, a Câmara teria menor margem para fazer mudanças no texto, uma vez que há necessidade de aprovação célere. Uma PEC precisa ser aprovada, com o mesmo texto, em dois turnos de votação em cada Casa, com apoio de 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores.

TCU diz que governo quer fornecer as informações e

acredita em mudança tranquila

R\$ 6,9 bilhões

Ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) se reuniram, na manhã desta quinta-feira (3), com os ministros Paulo Guedes, da Economia, e Ciro Nogueira, da Casa Civil, para tratar da transição de governo entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O encontro, a portas fechadas, ocorreu no âmbito do comitê criado pelo TCU para acompanhar a transição. Guedes e Ciro saíram sem falar com a imprensa. "Há uma grande receptividade por parte da equipe do atual governo, que quer fornecer as informações. E eu acredito que assim vai ocorrer de maneira serena e tranquila" afirmou o ministro Antonio Anastasia, do TCU, que será o relator do tema.

Investimentos, incluindo programa habitacional - indefinido

Recomposição de outras áreas sociais que tiveram corte no Orçamento - indefinido

Recomposição de recursos para a merenda escolar - indefinido

Recomposição de recursos para a saúde indígena - indefinido

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>

## A PEC DA TRANSIÇÃO

O que é?

A equipe de Lula e o Congresso articulam uma alteração constitucional para abrir exceção para uma série de despesas das regras fiscais, como o teto de gastos e a meta de resultado primário (que hoje permite um déficit de até R\$ 65,9 bilhões). A medida emergencial valeria para o ano de 2023.

Quanto custarão as despesas adicionais?

Já foram ventilados números que vão de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões, mas integrantes da transição afirmam que o valor da fatura ainda não está fechado. A conta deve ser apresentada na próxima terça-feira (8).

Quais políticas serão destravadas pela PEC?

Parlamentares do PT citaram uma série de prioridades para destravar no Orçamento. Algumas delas têm custo anual conhecido, outras ainda dependem de definição. Veja a lista:

Ampliação permanente do Auxílio Brasil/Bolsa Família para R\$ 600 - R\$ 52 bilhões

Benefício adicional de R\$ 150 por criança até 6 anos - R\$ 18 bilhões

Aumento real no salário mínimo - R\$ 3,9 bilhões a R\$ 6 bilhões

Zerar fila do SUS e fazer campanha de vacinação - pelo menos R\$ 10 bilhões

Recomposição de recursos para o Farmácia Popular - R\$ 2 bilhões

Recomposição de recursos da cultura e da ciência -

# Petrobras aprova R\$ 43,7 bi em dividendos; Gleisi vê "sangria"



Tanques de combustível da Petrobras na refinaria de Paulínia (SP) Paulo Whitaker - 11/jul.07/Reuters

**Nicola Pamplona**

O conselho de administração da Petrobras aprovou a distribuição de R\$ 43,7 bilhões em dividendos a seus acionistas, como remuneração pelo resultado do terceiro trimestre de 2022, que será divulgado após o fechamento da bolsa nesta quinta-feira (3).

Associações ligadas a sindicatos de trabalhadores da Petrobras prometem ir à Justiça para tentar impedir nova distribuição dos recursos às vésperas da mudança de governo. Eles alegam que a decisão deveria ficar para a nova gestão da companhia.

A proposta recebeu críticas também da presidente do PT, Gleisi Hoffmann. "Passada a eleição volta a sangria na Petrobras", afirmou. "Não concordamos com essa política que retira da empresa sua capacidade de investimento e só enriquece acionistas. A Petrobras tem de servir ao povo brasileiro."

Pelo lucro dos dois primeiros trimestres, a Petrobras distribuiu o valor recorde de R\$ 136,6 bilhões em dividendos a seus acionistas. Somando o valor o terceiro trimestre, o desempenho de 2023 terá rendido R\$ 180 bilhões aos acionistas da estatal.

Em nota à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a Petrobras defendeu que o valor "é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia no curto, médio e longo prazo e está alinhada ao compromisso de geração de valor para a sociedade e para os acionistas".

Com os resultados inflados pela disparada do preço do petróleo, a Petrobras foi a maior pagadora de

dividendos entre as companhias negociadas em Bolsa no mundo durante o primeiro semestre, segundo relatório da gestora Janus Henderson.

A estratégia de elevar a remuneração aos acionistas ganhou força ainda no começo do governo Jair Bolsonaro (PL), com um plano de negócios que intensificou venda de ativos e focou gastos apenas no pré-sal em redução da dívida.

A FUP e a Anapetro, associação que representa petroleiros acionistas da estatal, defendem que a decisão pelos dividendos deveria ficar com a próxima gestão da companhia, que assumirá após a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente da Anapetro, Mario Dal Zot, diz em nota que a mudança na gestão deve alterar o planejamento estratégico da companhia. O programa de governo de Lula fala em fortalecer a Petrobras e levá-la de volta a segmentos dos quais saiu nos últimos anos.

"Qualquer decisão sobre dividendos deveria caber à futura administração da empresa, e já considerando as diretrizes de um novo controlador", diz o escritório Advocacia Garcez, que representa os petroleiros e estão elaborando as ações sobre o tema.

"A legislação determina que a aprovação de dividendos é de responsabilidade de assembleia geral ordinária, e não do conselho de administração da empresa", afirma. Assembleias de acionistas para discutir o resultado do ano e sua destinação costumam ocorrer em abril.

A elevada distribuição de dividendos da Petrobras é alvo de críticas da oposição e chegou a ser questionada pelo próprio presidente da República quando os preços recordes dos combustíveis minavam sua popularidade.

"Grande parte dos minoritários [são] empresas de fundo de pensão dos Estados Unidos que ganham em média R\$ 6 bilhões por mês. Dinheiro de vocês que botam combustível nos carros", afirmou Bolsonaro em uma das críticas, em junho.

"Virou 'Petrobras Futebol Clube' para seu presidente, diretores, conselheiros e dito minoritários", completou. Por outro lado, a parcela do lucro da estatal destinada

à União ajudou o governo a bancar benefícios sociais que tiveram destaque em sua campanha à reeleição.

Em carta enviada ao conselho da Petrobras, a Advocacia Garcez defende que a distribuição de elevados dividendos "corrompe a função social da empresa pública". O colegiado que decidiu o valor é hoje alinhado ao governo, formado em sua maioria por ocupantes de cargos públicos.

"Estamos diante de um claro cenário de um abuso de direito do poder controlador da Petrobras. Se esse abuso já estava configurado com a distribuição de dividendos nesta monta, no cenário pós-eleitoral e gerando obrigações à futura gestão da Petrobras, a situação é agravada", afirma.

A Petrobras alega que seus projetos são aprovados por apresentarem "boa resiliência" e que "não há investimentos represados por restrição financeira ou orçamentária".

Estatual tem lucro de R\$ 46,1 bilhões no terceiro trimestre

A Petrobras teve lucro de R\$ 46,1 bilhões no terceiro trimestre de 2022. É o quarto maior já registrado por uma companhia brasileira, segundo dados compilados por Einar Rivero, da TradeMap, em valores corrigidos pela **inflação**.

O lucro foi menor que o do segundo trimestre, refletindo a queda das cotações do petróleo no período, mas 48% superior ao registrado no mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, o lucro acumulado da estatal soma R\$ 145 bilhões.

Com o resultado, o conselho de administração da companhia aprovou a distribuição de R\$ 43,7 bilhões em dividendos referentes ao desempenho do trimestre, totalizando R\$ 180 bilhões em recursos aos acionistas em 2022.

A elevada remuneração aos acionistas vem ajudando o governo a bancar benefícios sociais aprovados no período pré-eleitoral, mas são alvo de críticas da oposição. Nesta quinta-feira (3), associações sindicais anunciaram que vão questionar os valores na Justiça.

No texto que acompanha o balanço, o diretor Financeiro da Petrobras, Rodrigo Araújo, defende a estratégia da estatal e a prática de preços alinhados ao mercado internacional, embora a empresa esteja segurando reajustes da gasolina há mais de um mês.

"Os números deixam claro o valor que uma companhia pode gerar para a sociedade e seus acionistas, ao fazer as escolhas certas", escreveu Araújo. "Sem

preços de mercado corre-se o risco de escassez de produtos, com óbvias consequências negativas para a sociedade como um todo."

Foi o primeiro trimestre sob a gestão de Caio Paes de Andrade, que tomou posse no fim de junho com a missão de "dar nova dinâmica" nos preços dos combustíveis, segundo o presidente Jair Bolsonaro (PL). A missão foi facilitada pela queda nas cotações internacionais em relação ao trimestre anterior.

Segundo estimativa da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), porém, a alta recente do petróleo levou a elevadas defasagens. Na abertura do mercado desta quinta, o preço médio da gasolina nas refinarias da Petrobras estava 13%, ou R\$ 0,47 por litro, abaixo das cotações internacionais.

No terceiro trimestre, apesar de queda de 11,4% na cotação do petróleo Brent em relação ao trimestre anterior, a Petrobras vendeu seus combustíveis pelo preço médio recorde de R\$ 692,97 por barril, 4,1% acima do segundo trimestre e 64,2% acima do terceiro trimestre de 2021.

Com melhores preços, a receita da estatal cresceu 39,9% na comparação anual, para R\$ 170,7 bilhões. O Ebitda, indicador que mede a geração de caixa, subiu 50,5% na mesma base de comparação, para R\$ 91,4 bilhões.

O crescimento das vendas também ajudou a impulsionar a receita e a geração de caixa. No terceiro trimestre, a receita com venda de combustíveis cresceu 10,1% em relação ao trimestre anterior e 47,6% na comparação anual.

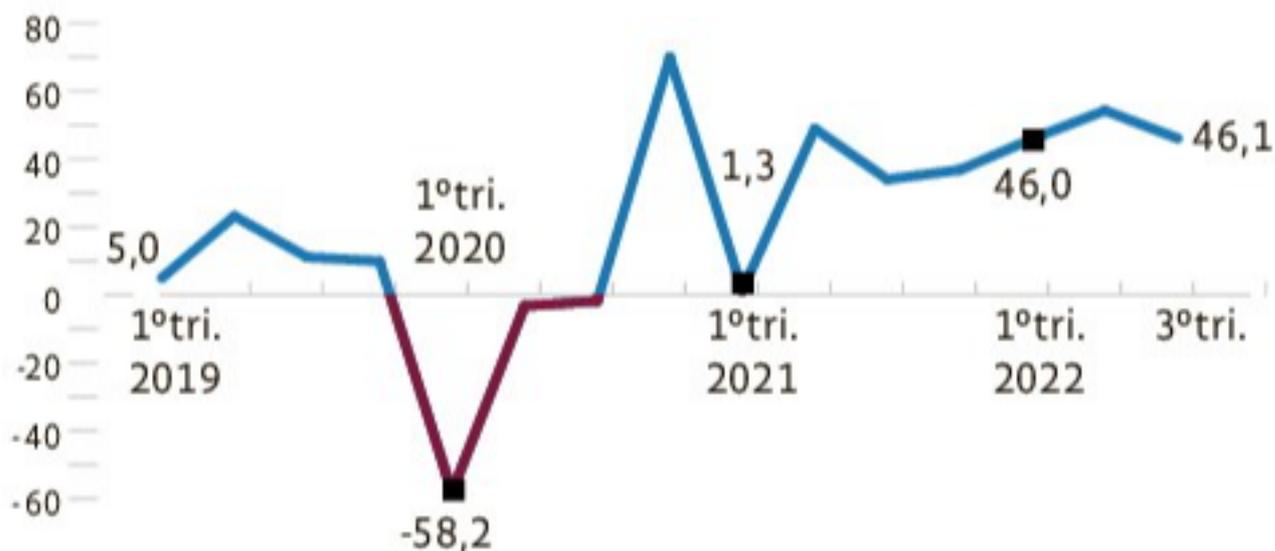
A dívida bruta da estatal, indicador que ajuda a definir a distribuição de dividendos, ficou em US\$ 54,2 bilhões (R\$ 282 bilhões, pelo câmbio médio do trimestre). A política de remuneração aos acionistas diz que a empresa pode distribuir até 60% da diferença entre fluxo de caixa quando a dívida estiver abaixo de US\$ 65 bilhões.

**Site:**

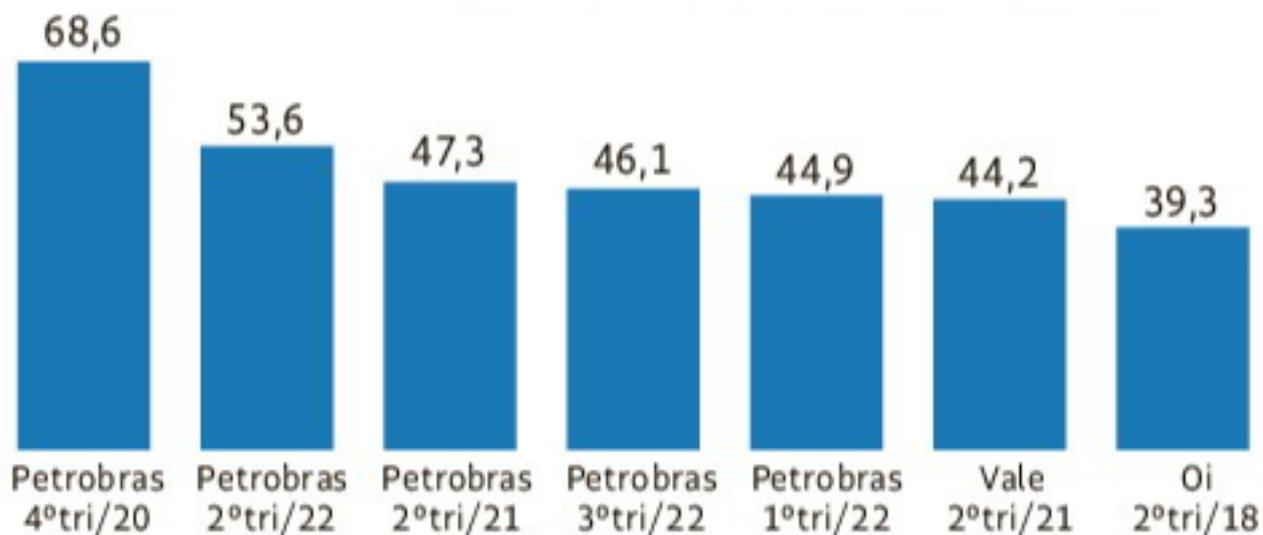
**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50085>**

## A Petrobras sob Bolsonaro

Lucro/prejuízo por trimestre, em R\$ bilhões\*



Maiores lucros trimestrais de companhias abertas brasileiras, em R\$ bilhões\*



\* Atualizado pelo IPCA até 30.set.22 Fontes: Petrobras e Trademap

# Bolsas caem com nova alta de juros pelo Fed; veja como evitar perdas

**Michael Viriato**

Assessor de investimentos e sócio fundador da Casa do Investidor Nesta quarta-feira (2) foi encerrada a penúltima reunião do ano do Fome (Federal Open Market Committee)-o comitê do Fed (o banco central americano) que decide a taxa de juro de curto prazo nos Estados Unidos. O aumento de 0,75% ocorrido já era esperado pelo mercado. A surpresa veio na conferência realizada logo após o anúncio. Explico abaixo os principais pontos e como você deve alterar seu portfolio.

A taxa básica de juros nos EUA começou a subir em março deste ano e, desde então, já subiu seis vezes.

Assim como ocorreu com nosso Banco Central quando ele percebeu que a **inflação** aqui no Brasil estava fora de controle, o Fed também acelerou a alta nas últimas quatro reuniões.

A alta de juros nos EUA este ano soma 3,75%.

Comparativamente, o último ciclo de alta nos EUA foi entre dezembro de 2015 e dezembro de 2018. Em três anos, o Fed subiu 2,25%, encerrando o ciclo de alta com uma taxa de 2,5% ao ano.

Não só a intensidade agora está sendo maior, como também a velocidade. Isto não ocorre à toa. A **inflação** atual nos EUA é a maior nos últimos quarenta anos.

O atual patamar de juros se compara ao de 2005- Entre junho de 2004 e junho de 2005, ou seja, em dois anos, o Fed subiu os juros de 1,25% para 5,25%, ou seja, uma alta de 4%.

A variação neste ciclo de alta de juros será maior, mas o problema com o cenário de **inflação** agora está pior do que o de 2005.

Em 2005, a **inflação** medida pelo CPI, equivalente ao nosso IPCA, era metade do que se observa agora.

Logo depois do anúncio, o mercado de ações americano iniciou uma significativa alta. Isso ocorre, pois **comunicado** dava a entender que o Fed poderia já reduzir os aumentos na próxima reunião de dezembro.

Na conferência, o presidente do Fed, Jerome Powell, esfriou os ânimos do mercado, deixou aberto espaço para nova alta de 0,75% e disse que o cenário de **inflação** está pior que o esperado e os juros podem subir acima do que era pensado. Após a conferência, o S P500 caiu 2,5%. Parece muito, mas a tendência de desvalorização no curto prazo não deve parar. Os mercados de risco e de renda fixa de longo prazo são os mais afetados em ciclos de alta de juros. Quando menciono mercado de risco, me refiro a ações, ouro e criptoativos. Recomenda-se reduzir exposição a estes ativos de risco nos EUA.

Alguns estimam que o S P500 pode cair abaixo de 3.000 pontos nos próximos 12 meses.

Outro efeito de uma alta de juros nos EUA mais forte é uma maior pressão para desvalorização do Real em relação ao dólar.

Avalie sua exposição em mercados de risco e renda fixa nos EUA. O horizonte de avaliação de investimentos em um mercado de juros em alta deve ser estendido para mais longo prazo para evitar frustração com quedas no curto prazo.

# Centrão condiciona aprovação de PEC a apoio ao orçamento secreto

**ADRIANA FERNANDES DANIEL WETERMAN**  
**LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA / I VERA ROSA e**  
**LAURIBERTO POMPEU/BRASÍLIA**

O Centrão sinalizou que concorda em votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição apresentada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, mas condiciona os votos e exige o apoio do novo governo às pautas do grupo no Congresso.

Uma das condições para liberar novos gastos fora do teto é a manutenção do orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão. O projeto de reeleição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também deve entrar na negociação, de acordo com parlamentares.

No mercado financeiro, a PEC causou preocupação porque está sendo negociada sem que o novo ministro da área econômica tenha sido anunciado por Lula, e abrindo uma margem para gastos permanentes.

A pergunta dos agentes econômicos é quem vai segurar a pressão por gastos muito elevados.

Se a PEC for aprovada, será o sexto furo no teto de gastos, a regra aprovada em 2016 que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

"É muito difícil ver uma discussão de PEC sem a equipe econômica na liderança do processo.

Temos dois ex-governadores muito experientes, o Geraldo Alckmin e o Wellington Dias, mas não tem uma equipe econômica fazendo conta com um programa econômico fiscal na cabeça", avalia o economista- chefe da XP Investimentos, Caio Megale.

Segundo ele, o "waiver" é tradicionalmente focado em algo temporário, um perdão para gastar mais num determinado período. No caso da PEC da Transição, porém, os gastos são permanentes, como o Auxílio Brasil de R\$ 600 e os R\$ 150 por criança com idade de até seis anos. "Gastos permanentes têm de ser tratados com uma solução permanente." As estimativas que circularam nos bastidores do Congresso são de um valor em torno de R\$ 160 bilhões. O anúncio do PT de fazer a PEC alimentou especulações de que a aprovação do novo Orçamento

poderá ficar só para 2023, no início do próximo governo, depois da escolha dos novos presidentes da Câmara e do Senado.

ADIAMENTO.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) avalia adiar o prazo para apresentação de emendas, do relatório de receitas e do relatório preliminar de despesas do Orçamento de 2023 - que deveriam ser entregues até o dia 18. O calendário já sofreu duas alterações, e ficará diretamente atrelado à negociação da PEC.

Ao Estadão, o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), descartou a possibilidade de votar o projeto só no ano que vem e disse que o acordo é para fazer a votação até o fim do ano.

A negociação ocorre no mesmo momento em que Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tentam atrair apoio para manter o comando da Câmara e do Senado, respectivamente, em 2023, enquanto Lula busca ampliar sua base no Congresso.

"Antes de assumir, o Lula já está precisando de apoio. O Lira está conduzindo essa conversa já, e procurando o que é melhor para o País. São duas coisas comuns que somam para cada interesse particular", disse o deputado Hélio Leite (União-PA), relator de receitas do Orçamento de 2023 e aliado do presidente da Câmara.

O governo de transição ainda deve fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para saber se pode pagar o Auxílio Brasil de R\$ 600 sem a necessidade de aprovação de uma PEC. O assunto foi discutido em reunião da equipe de Lula com o presidente da Corte, Bruno Dantas, e ministros do Tribunal.

Renan vê "barbeiragem" em negociação para o teto

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse ontem que a equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva fez uma "barbeiragem" ao negociar com o Centrão uma PEC para autorizar despesas fora do teto de gastos. Líder da Maioria no Senado, Renan é aliado de Lula e reclamou de não ter sido ouvido antes da negociação.

A ideia é que o Congresso aprove uma "licença" para o novo governo tirar do papel promessas de campanha. Embora ainda não haja um valor definido, a expectativa da cúpula do PT é de que a autorização para gastos fique na casa dos R\$ 200 bilhões.

"Recorrer ao Centrão é uma barbearagem, um erro político", disse Renan ao Estadão. "O Centrão não cabe no teto porque é o próprio fura-teto. Não dá para tirar da cabeça uma solução dessas, apressada." Para o senador, bastava à equipe de transição fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU), que, no seu diagnóstico, é quem tem "legitimidade" para resolver esse impasse com segurança jurídica.

"Precisamos guardar coerência programática e institucional", argumentou o senador.

"O TCU resolveria isso com precisão, sem custo."

Os destinos

Os programas no radar da PEC da Transição

Bolsa Família de R\$ 600

O Orçamento de 2023 garante só R\$ 400 mensais para o Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família. Para R\$ 600, faltam R\$ 52 bilhões

Benefício para mães Lula prometeu R\$ 150 extras para mães com crianças até seis anos, um custo adicional entre R\$ 11 bi e R\$ 18 bi

Reajuste real do mínimo

Para um reajuste real (acima da **inflação**) entre 1,3% e 1,4% no salário mínimo, o impacto é de R\$ 6,2 bi

Farmácia Popular

Para rever os cortes no programa, o custo é de R\$ 1,2 bi

Merenda escolar

Um aumento real no Programa Nacional de Alimentação Escolar demandaria R\$ 1,5 bi

Zerar fila do SUS

Zerar a fila de cirurgias e exames do SUS custa R\$ 8 bi

Outras áreas

Sem estimar valor, o governo Lula espera também aumentar verbas para estradas, habitação e

universidades

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Estados prometem proposta para perda com ICMS

*Luísa Martins De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

# Eleição de Lula pode mudar rumo e "tamanho" do Brics

*Assis Moreira De Genebra*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

# PIB cresce mais em cidades menores

**Rodrigo Carro Do Rio**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

# Leite quer negociar com Lula compensação para redução do ICMS

**Marcelo Ribeiro De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187373?page=1&section=1)